

GABRIEL MAYER WAGNER

GAROTOS NÃO USAM BATOM
AS TRAVESTIS SOB O OLHAR DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

CELACC/ECA-USP

2013

GABRIEL MAYER WAGNER

GAROTOS NÃO USAM BATOM
AS TRAVESTIS SOB O OLHAR DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização (*latu sensu*) em Mídia, Informação e Cultura, produzido sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joana Rodrigues.

CELACC/ECA-USP

2013

Garotos não usam batom: as travestis sob o olhar do jornal *Lampião da Esquina*

Gabriel Mayer Wagner¹

Resumo

Durante a ditadura militar, muitos veículos de comunicação foram censurados. Em contrapartida, surgiam jornais alternativos que adotavam uma postura mais crítica da sociedade. Neste cenário, surge o *Lampião da Esquina*, que circulou entre 1978 e 1981 no Brasil. A publicação representava os gays, lésbicas, travestis e transexuais. Logo, assumiu um grau de importância para a construção de uma identidade nacional e pluralista. O objetivo deste artigo é entender como as travestis eram retratadas na publicação e de como isso colaborou no reconhecimento das mesmas na sociedade.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo; *Lampião da Esquina*; identidade; travestis.

Abstract

During the years of Brazilian military dictatorship, many media outlets were censored. In contrast, arose some alternative newspapers that adopted a more critical view about society. In this scenario, there was *Lampião da Esquina*, in circulation between 1978 and 1981. The newspaper represented gays, lesbians, transvestites and transsexuals. It was assumed, therefore, a paramount importance for the construction of a national and pluralist identity. This work intends to understand the way that transvestites were portrayed in the publication and how it collaborated with their recognition in society.

Keywords: Alternative journalism; *Lampião da Esquina*; identity; transvestite.

Resumen

En cuanto duró la dictadura militar, muchos medios de comunicación sufrieron con la censura. Por otro lado, surgían periódicos alternativos que se arriesgaban a adoptar una postura crítica sobre la sociedad. Así surgió o *Lampião da Esquina*, que circuló entre el 1978 y el 1981. La publicación representaba el grupo formado por gays, lesbianas, travestis y transexuales. Luego asumió una importante fuente para la construcción de una identidad nacional y pluralista. El objetivo del presente artículo es entender como los travestis eran retratados y como la publicación ha colaborado con su reconocimiento grupo en la sociedad.

Palabras clave: Periodismo alternativo; *Lampião da Esquina*; identidade; travestis.

¹ Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEGP). Artigo redigido como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em Mídia, Informação e Cultura, organizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, da ECA/USP, no ano de 2013, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Joana Rodrigues.

Agradeço à professora e orientadora Joana Rodrigues, pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa e aos demais docentes da Universidade, por todo o conhecimento transmitido durante o curso. Agradeço aos amigos, que estiveram presentes durante o período da pós-graduação e, especialmente, ao meu marido, pela paciência, dedicação e por estar sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	SOBRE O JORNALISMO ALTERNATIVO	7
3	SOBRE O JORNALISMO GAY	9
4	O NASCIMENTO DO <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i>	11
5	CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	13
6	UMA QUESTÃO DE POSICIONAMENTO	15
7	ANÁLISE DOS JORNAIS	17
7.1	A EDIÇÃO DE 1978	18
7.2	A EDIÇÃO DE 1981	21
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
10	ANEXOS	28

1. Introdução

A República Militar instaurada no Brasil, em 1964, suprimiu as liberdades democráticas do País. Os governos militares impuseram um regime político baseado na centralização do poder, no controle das estruturas partidárias e, principalmente, na censura aos meios de comunicação. Como resposta aos movimentos de repressão, que permaneceram contínuos, inclusive, até depois do fim da ditadura, muitas publicações nacionais criaram vida para falar, especialmente, de e para grupos postos à margem dos processos políticos, a exemplo do que acontecia com os homossexuais. Esse movimento ficou conhecido como imprensa alternativa no Brasil.

O jornal *Lampião da Esquina* foi uma dessas publicações; um jornal de âmbito nacional, voltado para os homossexuais, que circulou entre 1978 e 1981. Dentro desse contexto de imprensa alternativa na época da ditadura política, durante os anos de censura promovida pelo Golpe Militar, nasce a publicação, com um conselho editorial assumidamente homossexual – o que se pôde confirmar, uma vez que integravam tal conselho Aginaldo Silva, João Silvério Trevisan, João Antônio Mascarenhas, dentre outros.

Fora de circulação desde então, o *Lampião da Esquina* renasceu. A publicação foi restaurada e digitalizada pela ONG Grupo Dignidade, do Paraná, em 2010. Ao ser disponibilizado na internet, a visibilidade do jornal ganhou novas fronteiras, conquistou novos públicos e, mesmo depois de 30 anos, continua a ajudar o entendimento da história dos homossexuais no Brasil.

Como parte importante da trajetória do jornalismo e da própria cultura homossexual no País, o jornal *Lampião da Esquina* configura-se como uma ruptura nos processos que estavam em vigor até então. Ruptura no sentido de que a publicação foi inédita ao tratar de temas antes considerados “secundários” pela imprensa vigente, como sexualidade, discriminação racial e social e machismo.

Mais do que um jornal e espaço político da época, pois serviu como uma proposta ideológica de conscientização e visibilidade, o *Lampião da Esquina* também contribuiu com a construção de identidades afirmativas, tanto dos homossexuais quanto de outros grupos minoritários, que se reconheciam e se faziam presentes na sociedade, como é o caso das travestis.

Se os gays eram vistos como a escória da sociedade, uma vez que, por meio dos parâmetros da Medicina e Psicologia, ainda eram considerados doentes ou com algum tipo de distúrbio, as travestis estavam abaixo deles. Não só na época da publicação, mas até os dias de hoje, as travestis são retratadas de maneira pejorativa, muitas vezes de forma sensacionalista,

sendo discriminadas e superficialmente ouvidas. Os assuntos mais recorrentes ainda mostram os crimes cometidos contra elas, como fica registrado nas matérias: “Travesti morre após ser arrastado por carro na zona sul de SP” e “Travesti é apedrejado até a morte na periferia de Salvador”, ambas do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas em 7 e 23 de outubro de 2012, respectivamente.

Dessa forma, não é possível enxergar um panorama completo de como se dão as relações das travestis com a sociedade e quais os valores inseridos nas mesmas. O debate sobre o tema é, portanto, de extrema importância para a área da comunicação e para a cultura dos homossexuais no Brasil.

2. Sobre o jornalismo alternativo

Se comparada a dos vizinhos latino-americanos, a imprensa brasileira ainda vive sua plena juventude. No Brasil, o primeiro jornal que se tem notícia data de 1808, o *Correio Braziliense*. Editado e impresso em Londres, por Hipólito da Costa, a publicação circulava clandestinamente no País, carregado de um caráter ideológico, com opiniões políticas liberais. Com a chegada da família Real ao Brasil, no mesmo ano, surge também, no Rio de Janeiro, a *Gazeta*, primeiro jornal a ser publicado em terras brasileiras, como relata a autora Flávia Péret, em seu livro *Imprensa Gay no Brasil*.

Até então, toda e qualquer atividade de imprensa era proibida no Brasil. Por restrições da colônia portuguesa, livros, panfletos e jornais não tinham liberdade para serem veiculados. Apesar de ser um órgão oficial do governo de Portugal, a *Gazeta* era editada sob censura prévia, extinta apenas 13 anos após o início de sua publicação. No século XIX, não existia o caráter noticioso de hoje, mas doutrinário. As notícias que o jornal veiculava eram de interesse direto da corte, que pretendia, assim, moldar a opinião da população em favor da própria realeza.

Embora tenha evoluído nos anos seguintes à chegada da família real no Brasil, a imprensa no País ainda permaneceu com resquícios de tamanho conservadorismo e censura. Em 1964, a República Militar instaurada no Brasil suprimiu as liberdades democráticas brasileiras. O cenário impunha um regime político baseado na centralização do poder. Durante anos, houve o controle das estruturas partidárias e a censura aos meios de comunicação reinava pelos quatro cantos do País.

Maria Aparecida de Aquino (1999) defende que o período de 11 anos, de 1964 a 1985, foi marcado pela grande preocupação dos militares com o chamado “setor de informações”:

De um lado, procuraram armar-se de vasto material, coletando informações sobre a sociedade como um todo, a partir de variados órgãos do aparato repressivo. Esse formidável instrumental repressivo objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de “subversão” à ordem instaurada. Por outro lado, a preocupação dos governos militares, a partir de 1964, atingiu a outra face da mesma moeda do setor de comunicação social: a informação veiculada aos cidadãos. Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio! (AQUINO, 1999: p. 15).

Como resposta aos movimentos de repressão, que permaneceram contínuos, passado o fim da ditadura, muitas publicações nacionais criaram vida para falar, especialmente, de e para grupos postos à margem dos processos políticos, a chamada imprensa alternativa.

AQUINO (1999) distingue, fundamentalmente, os dois tipos de imprensa: a convencional e a alternativa. Para a autora, a primeira “organiza-se em torno dos princípios liberais, estruturando-se como uma empresa capitalista que pode atingir pequeno, médio e grande porte (e, nesse caso, é chamada de grande imprensa)” (AQUINO, 1999: p. 122). Para ela, esse tipo de imprensa costuma pautar-se na teórica e “suposta defesa da imparcialidade da apuração dos fatos”. Portanto, defende que:

Assim, é pretensamente um veículo para a exposição das mais variadas correntes com suposta igualdade de vez e de voz em seus órgãos de divulgação. Sua sobrevivência advém, em grande parte, dos anunciantes que sustentam financeiramente as publicações, e somente pequena parcela de seus recursos deriva das vendas em bancas e assinantes. No nível da produção de informações, a imprensa convencional trabalha com o esquema de grandes empresas, comprando, em termos de notícias internacionais, as informações produzidas pelas grandes agências como Associated Press, France Press, UPI e outras e, em termos nacionais, pode-se afirmar que o mercado é dominado pelos grandes grupos como Agência Estado (de OESP), Agência Globo (do jornal O Globo), Agência Folha (do grupo Empresa Folha da Manhã) etc (AQUINO, 1999: p. 122).

Para a autora, em oposição, a imprensa alternativa ocupou, de variadas formas, o espaço deixado pelo tipo de imprensa que seguia o modelo convencional.

[A imprensa alternativa] Pode ser organizada em termos empresariais (como, por exemplo, o semanário Opinião, de propriedade do empresário e deputado Fernando Gasparian) ou como propriedade coletiva de um grupo de jornalistas e representantes de grupos sociais diferenciados (o caso típico foi o de M, constituído como uma sociedade anônima, com o capital bancado

por um grande quantidade de acionistas). A alternativa não se pretende neutra, assumindo-se a serviço da defesa de interesses de grupos como, por exemplo, partidos, sindicatos, associações, minorias raciais e sexuais, e mesmo entidades religiosas. Faz um jornalismo engajado, orientado a não separar a informação da opinião. Sua sustentação financeira advém basicamente da venda em bancas ou de assinaturas (caso de Opinião e M), de seus associados (imprensa sindical e de associações), dos filiados (como na partidária) e de fiéis (como na religiosa) (AQUINO, 1999: p. 122).

Ciro Marcondes Filho (apud AQUINO, 1999: p. 120) estabelece uma definição próxima para a imprensa alternativa, relacionando-a com o marco histórico do Movimento Estudantil de 1968, e diz:

O característico dessa nova imprensa é a proposta de desvinculação das correntes políticas. A “linha” desses jovens, se é que se pode dar esse nome à sua orientação, é somente a de se dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumento antes de serem jornais-ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes e não condução desses movimentos (FILHO *apud* AQUINO, 1999: p. 120).

No Brasil, foram criadas, em 1967, duas leis que regulariam os meios de comunicação: a lei da imprensa e a lei da segurança nacional, que incentivava o uso da força, violenta ou não, do Estado contra os adversários do regime ditatorial. O Ato Institucional 5 (AI-5), editado pelo então presidente Artur Costa e Silva, em 1968, atribuía excepcionalidade maior ao presidente. A censura aos meios de comunicação durou até 1978, quando da abolição da censura prévia no País.

3. Sobre o jornalismo gay

Com a constituição de novos espaços voltados para homossexuais na sociedade, novas necessidades começaram a surgir neste meio, como a criação de jornais ou fanzines que divulgassem ações específicas dos grupos minoritários. De acordo com Péret (2011: p. 18), as primeiras publicações no País voltadas especificamente para homossexuais “eram feitas de maneira artesanal, mimeografadas e distribuídas ou trocadas entre pessoas das diferentes turmas”, como foi o caso de *Chana com Chana*, em São Paulo. Nos Estados Unidos, como explica a autora, esse cenário já era melhor tratado, pois, naquele país, já se discutia abertamente a questão da homossexualidade. No Brasil, porém, a realidade não se mostrou correspondente.

Embora o jornal *Lampião da Esquina* tenha sido, de fato, o primeiro periódico gay a circular no Brasil, vendido em bancas de jornal, houve publicações anteriores, pioneiras, com formato semelhante. Em 1963, a primeira publicação abertamente homossexual divulgada no País ganhava o nome de *O Snob*.

Era uma publicação simples, em folha de papel ofício, datilografada (frente e verso) e impressa em mimeógrafo, com distribuição na Cinelândia e em Copacabana [...]. Com o tempo, *O Snob* tornou-se conhecido dentro da comunidade gay carioca. Transformou-se numa minirrevista, com capa, ilustrações coloridas, pequenos anúncios e mais de trinta páginas. Na publicação, havia colunas de fofocas, concurso de contos e poesias, matérias sobre moda e beleza, artigos sobre cuidados com a pele, entrevistas, palavras cruzadas e séries de reportagens. Textos e imagens eram assinados por Pantera Cor-de-Rosa, Robinetti, Elke Stensoro e Gigi Brayant, jornalistas que utilizavam pseudônimos para expressar suas ideias (PÉRET, 2011: p. 19-20).

O Snob, criado por Agildo Guimarães, transformou-se em uma revista de pequeno formato, dedicada a assuntos de cultura e comportamento gay. No mesmo ano, Waldeilton di Paula lançou, em Salvador, o fanzine *Fatos e Fofocas*.

Até o nascimento do *Lampião da Esquina*, outras publicações faziam parte da imprensa gay brasileira²: *Os Felinos*, revista idealizada por Hélio Gato Preto; *Le Femme*, editada por Anuar Farah; o fanzine *Little Darling*, criado por Waldeilton di Paula; *Gente Gay*, de Agildo Guimarães e Anuar Farah; *Coluna do Meio*, coluna publicada por Celso Curi até 1979, sobre o universo gay, no jornal *Última Hora*, em São Paulo; e o *Jornal Dobrabil*, fanzine de poesia visual e satírica, com espaço para o humor gay, do poeta Glauco Mattoso.

Entre as publicações, o sarcasmo, a ironia e o duplo sentido eram as principais marcas presentes nas notícias. Péret, sobre esse assunto, comenta que:

O Snob deu visibilidade a um extenso vocabulário de gírias existentes no país desde o século XIX e criou um estilo particular de escrever para homossexuais [...] O uso que *O Snob* fazia da linguagem consistia na adaptação de gírias e adjetivos. Esses elementos apresentavam um vocabulário diferente do da linguagem utilizada pelos meios de comunicação tradicionais. Tais características são a marca da imprensa gay nos anos 1960 e revelam a irreverência e a insubordinação às normas sociais (PÉRET, 2011: p. 20-23).

Da mesma forma como as matérias eram produzidas, criou-se no jornalismo gay brasileiro uma forte distinção entre gêneros e identidades sexuais. O estereótipo da relação

2 PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

macho/fêmea era mais acentuado. Nas publicações, era comum, por exemplo, a caracterização de bofes e mariconas, sendo machos/ativos e passivos, respectivamente. De acordo com Péret, isso demonstrava a própria dificuldade de encontrar um vocabulário para lidar com o desejo homoerótico. “Revela que as formas de representação da identidade homossexual na imprensa estavam conectadas com as percepções de gênero que prevaleciam no período, bem diferente dos dias atuais” (2011: p. 24-25). No próprio *O Snob*, as noções de gênero eram extremamente fixas.

Devido às circunstâncias políticas, econômicas e sociais desta época, outra característica comum, em praticamente todas as publicações homossexuais, era o uso recorrente do anonimato. Nos anos subsequentes, essa prática deixou de ser necessária dentro dos veículos de comunicação.

4. O nascimento do *Lampião da Esquina*

Durante os anos de ditadura militar e os que sucederam esse período, muitos veículos de comunicação sofreram censura por parte do governo. Em contrapartida, surgiam jornais alternativos que, em meio às repressões, adotavam uma postura mais crítica com relação aos assuntos da sociedade brasileira. Neste cenário, surge o *Lampião da Esquina*, um destaque do final dos anos 70.

O nome *Lampião*, além de fazer referência direta ao cangaceiro, conhecido por sua coragem e valentia, aludia à ideia de iluminar a cabeça das pessoas para novas concepções e comportamentos. O jornal diferenciava-se da imprensa gay que o precedeu pelo enfoque político que dava ao tema da homossexualidade. Sem abandonar o humor, o vocabulário gay, a ironia e o sarcasmo, oferecia “um tratamento que combatia a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendência a rejeitar a própria sexualidade”³, apostando em uma construção positiva da identidade gay (PÉRET, 2011: p. 49).

Essa publicação, em circulação por quatro anos no Brasil, entre 1978 e 1981, representou uma classe que não era reconhecida na sociedade: gays, lésbicas, travestis e transexuais. Assumi, logo, uma extrema importância para a construção de uma identidade nacional e, acima de tudo, pluralista.

Não apenas o *Lampião da Esquina*, como outras publicações alternativas, entenderam a necessidade de refletir sobre assuntos de cunho mais político em suas páginas. Por 41

3 SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 85.

edições (01 edição “zero”, 37 edições subsequentes, mais três edições extras), o tabloide cobriu assuntos direcionados ao público e falava de situações reais, sociais, econômicas e políticas, do mundo gay.

O *Lampião da Esquina* tinha, como proposta, a luta na ótica da contracultura, de abordar não apenas temas gays, mas também outros assuntos polêmicos, ligados, por exemplo, ao feminismo e às questões raciais.

Os nomes por trás de cada publicação faziam crer nesta premissa. O jornal, idealizado e formatado por diversos intelectuais, unia ativismo com jornalismo, o que poucas publicações haviam feito até então. No conselho editorial, estavam: João Silvério Trevisan (escritor, jornalista, dramaturgo, tradutor e cineasta), Jean-Claude Bernardet (crítico de cinema e professor), Aguinaldo Silva (jornalista e escritor), Peter Fry (antropólogo), Adão Costa (jornalista e pintor), Antônio Chrysóstomo (jornalista especializado em música popular), Clóvis Marques (jornalista e tradutor), Francisco Bittencourt (poeta, crítico de arte e jornalista), Gasparindo Damata (jornalista e escritor) e João Antônio Mascarenhas (advogado, jornalista e escritor).⁴

A julgar pelas capas, as publicações abordavam temas importantes e polêmicos, dentre os quais pode-se destacar: a violência contra gays e mulheres, lesbianismo, aborto, discriminação, religiosidade, travestismo, masturbação e prostituição.

Diferentemente de outras publicações, distribuídas clandestinamente e quase sempre gratuitas, o *Lampião da Esquina* era vendido em bancas de jornais, de norte a sul do País. Era de se imaginar, portanto, a represália dos anos duros da ditadura militar.

Em entrevista à Revista Imprensa, em 2007⁵, João Silvério Trevisan exemplifica como isso acontecia:

Nós tivemos problemas com grupos paramilitares. O *Lampião* foi incluído numa lista e algumas bancas foram bombardeadas como uma forma de assustar e atrapalhar as vendas da imprensa alternativa. Então, muitas bancas não queriam vender por conta das explosões. Quando os paramilitares explodiam, deixavam um folheto avisando que se continuassem vendendo imprensa alternativa, aquilo continuaria acontecendo. Tivemos, também, muito problema com a esquerda, que se manteve em silêncio. Fizemos uma entrevista no *Lampião* com o Lula, na qual ele dizia que não existia homossexual na classe operária. Foi a maior confusão por causa disso. Aconteceram protestos de homossexuais da classe operária. A esquerda sempre foi muito ortodoxa, pelo menos até o período da ditadura.

4 Edição zero do jornal, disponível em www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao. Acesso em 17/03/2013.

5 Disponível em: http://portalimprensa.uol.com.br/revista/edicao_mes.asp?idEdicao=6&idMateriaRevista=66. Acesso feito em 29/10/2012.

Embora ainda houvesse o uso de pseudônimos para identificar o autor das matérias, outras, por outro lado, eram assinadas com o próprio nome do jornalista. Por parte do conselho editorial, a “saída do armário”, termo comumente utilizado para o processo de se assumir homossexual, também foi complicado, especialmente do ponto de vista político. “Glauco Mattoso, que escrevia matérias para o *Lampião da Esquina*, explica que muitos gays, como ele, estavam iniciando o processo de assumir a própria homossexualidade” (PÉRET, 2011: p. 53).

De qualquer maneira, ainda que sob o ponto de vista crítico, o jornal *Lampião da Esquina* foi pioneiro em suas publicações. Como destaca Péret, a importância da publicação é inegável.

Ao colocar em pauta a homossexualidade, reivindicando, com base na pluralidade de visões e opiniões, um olhar mais atencioso e crítico para a questão, o jornal ampliou o debate acerca dos direitos gays no país e se firmou como importante marco da imprensa alternativa no período da ditadura militar (PÉRET, 2011: p. 60).

5. Construção da identidade

Representados em diversas publicações, homossexuais, travestis e transexuais eram, assim, reconhecidos. Jornais, revistas e fanzines colaboraram com a construção da identidade de muitos sujeitos, a exemplo das próprias travestis, tema deste trabalho.

Sobre esta questão da identidade, são importantes os apontamentos de Stuart Hall (1998). O autor destaca que o conceito vem passando por diversas mudanças e transformando, inclusive, a própria sociedade.

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados (HALL, 1998: p. 9).

Esse processo de mudança ocorre de maneira abrangente. Além disso, é interessante notar que não só a identidade muda, mas as próprias sociedades se articulam e se transformam. Para Hall (1998), há três concepções diferentes de identidade, do sujeito do Iluminismo; do sujeito sociológico; e do sujeito pós-moderno.

Segundo o autor, o primeiro sujeito ainda estava muito centrado, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 1998: p.10). Neste caso, o centro essencial da identidade era bastante individualista. O autor destaca ainda que, na verdade, a identidade era *dele*, uma vez que o sujeito do Iluminismo era geralmente descrito como masculino.

A segunda concepção, de sujeito sociológico, consistia que o sujeito não era “autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele” (HALL, 1998: p.11). Na prática, a visão desta identidade era muito mais interativa, entre o “eu” e a sociedade – bem como seus valores, sentidos e símbolos. Como ele descreve, o “sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 1998: p.11).

Essa ideia aproxima-se da atual identidade do sujeito contemporâneo. Para Hall (1998), a capacidade que os sujeitos sociológicos tinham em aproveitar valores e significados dos outros para comporem sua própria identidade os tornavam mais subjetivos. A identidade, neste caso, consolida tanto os sujeitos quanto os próprios “mundos culturais que eles habitam”.

Para Hall, são justamente estas questões que estão mudando o sujeito. Antes fixa e unificada, hoje esta identidade está mais fragmentada e, em muitos casos, até contraditória.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987, 1998: p.13).

Para ampliar ainda mais este debate, é válida também a contribuição de Douglas Kellner (2001), quando pensa nos conceitos de identidade e, mais adiante, em multiculturalismo. Segundo o autor, “era função de papéis sociais predeterminados e de um sistema tradicional de mitos [...] de definir o lugar de cada um no mundo ao mesmo tempo e de circunscrever rigorosamente os campos de pensamento e comportamento” (KELLNER, 2001: p. 295).

De maneira similar ao que Hall descreve, Kellner (2001) comenta que, além disso, nas sociedades pré-modernas, o conceito de identidade não entrava muito em discussão, especialmente por não ser considerado um conceito problemático. Na pós-modernidade, porém, o conceito evolui e ganha novas definições:

Nas sociedades pré-modernas, a identidade não era uma questão problemática e não estava sujeita à reflexão ou discussão [...]. Na modernidade, a identidade torna-se mais móvel, múltipla, pessoal, reflexiva e sujeita a mudanças e inovações. Apesar disso, também é social e está relacionada com o outro. No entanto, as formas de identidade na modernidade também são relativamente substanciais e fixas; ainda têm origem num conjunto circunscrito de papéis e normas: pode-se ser mãe, filho, texano, escoteiro, professor, socialista, católico, homossexual – ou então uma combinação dessas possibilidades sociais (KELLNER, 2001: p. 295-296).

No que diz respeito às “novas” identidades e seu reconhecimento, é interessante observar como se deu a inserção das travestis na sociedade, durante os anos em que o *Lampião da Esquina* fora publicado. Há alguns anos, a sexualidade tornou-se objeto de muitas pesquisas e, desde então, ela vem sendo debatida e expressa em diversos canais e sob as mais diferentes perspectivas. É natural, portanto, sua perceptibilidade e, ademais, o debate. Sobre este processo, Louro (2001), explica:

Sua visibilidade [das chamadas minorias sexuais] tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores da família até manifestações de extrema agressão [...]. O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas (LOURO, 2001: p. 542).

A presença e entendimento da travesti como sujeito ajudam a fazer com que essa identidade seja conhecida e respeitada na sociedade. Isso acontece porque os sujeitos dependem que os outros assim os percebam para estabelecer suas identidades pessoais. Entender o próximo como possuidor de uma personalidade tão válida quanto qualquer outra, portanto, ajudou no reconhecimento dessas pessoas e na sua conseqüente (re)inserção na sociedade.

6. Uma questão de posicionamento

Durante o artigo, será perceptível o uso do artigo feminino definido, “a” e “as”, quando o assunto forem as travestis. Antes de nos atermos a este detalhe, é importante ressaltar a diferença entre quatro conceitos que ajudarão a estabelecer uma relação direta com a escolha proposta: sexo, orientação sexual, identidade sexual e gênero. De acordo com

Marina Castañeda (2007: p. 74), atualmente, usa-se a palavra “sexo” para designar as características inatas, biológicas e anatômicas do ser humano, tanto masculino quanto feminino. O gênero, por sua vez, “designa os papéis masculino e feminino que a sociedade atribui (e impõe) a cada sexo. O primeiro é natural, o segundo é aprendido”. Já a orientação sexual é o sexo para o qual sentimos amor e desejo, enquanto que a identidade sexual é o fato de assumir, plenamente, esta orientação.

Como explica Louro, ao longo dos séculos, a distinção entre masculino e feminino foi uma visão primordial de muitas sociedades, “usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre, relacionada ao corpo” (LOURO, 2004: p. 76). Como estabelece a seguir, essa dedução das identidades de gênero e sexuais não podem ser generalizáveis para qualquer cultura, tempo e lugar.

Precisamos estar atentos para o caráter específico (e também transitório) do sistema de crenças com o qual operamos; precisamos nos dar conta de que os corpos vêm sendo “lidos” ou compreendidos de formas distintas em diferentes culturas, de que o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida, diverge e se modifica histórica e culturalmente (LOURO, 2004: p. 76).

Para a autora, portanto, é necessário pensar essa distinção sob a luz das mudanças sociais e culturais. Louro defende:

Antes de pretender, simplesmente, “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e de sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente. Não se pretende, com isso, negar a materialidade dos corpos, mas o que se enfatiza são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos (LOURO, 2004: p. 80).

Partindo da premissa de que as travestis, em determinados momentos, optam por se vestir e agir como mulheres (desconsiderando qualquer interferência, biológica ou cirúrgica, no corpo), é natural, portanto, o reconhecimento das mesmas como pessoas do gênero feminino. Logo, a identificação exige, naturalmente, artigos femininos: “as” travestis e não “os” travestis. Baseado nas opiniões da autora acima citada, aspectos do corpo não definem o sujeito. Vale ressaltar que esse posicionamento se trata mais de uma convicção política do autor deste artigo que, propriamente, uma regra gramatical a ser seguida.

A título de comparação, em matérias publicadas no *Lampião da Esquina*, os jornalistas se referem às travestis com o artigo masculino, *os*, o que não será ignorado (muito pelo contrário), durante a análise discursiva das edições escolhidas para este trabalho.

7. Análise dos jornais

Durante a construção do artigo, foram analisadas matérias de duas edições específicas do *Lampião da Esquina*: a edição de número 4, de agosto e setembro de 1978; e a edição 32, de janeiro de 1981. Vale ressaltar que, anterior à primeira publicação analisada, foram impressas outras sete edições do mesmo jornal. Tratam-se da primeira (edição zero) e outros três números extras. A contagem progressiva inicia em maio/junho de 1978, com a edição de número 1^o.

A escolha pelas respectivas edições não se deu de forma arbitrária. Embora o assunto fosse recorrente no veículo, as duas edições estampam as travestis como principal destaque na capa da publicação – o que não ocorre nas demais.

A capa é a parte mais nobre de qualquer publicação, pois lá estão elementos de atração visual para o leitor. As manchetes apresentam os acontecimentos e notícias mais importantes, elaboradas em letras maiores; o design gráfico e as fotos intensificam os principais destaques do jornal e têm um papel essencial e, cada vez mais, preponderante, em qualquer veículo impresso ou on-line de comunicação. Afinal, muitas vezes, é pela capa que se decide e justifica a compra do jornal e/ou revista.

Para este artigo, apenas as matérias da página principal das edições escolhidas foram analisadas. O motivo principal é que, em ambos os casos, as travestis são manchetes da capa e, portanto, assumem o papel de informação mais importante da edição. Também foi levado em consideração que as matérias se encontram na seção “Reportagem”.

É interessante notar também a disposição do conteúdo jornalístico da publicação.

Em formato tabloide, o jornal tinha editorias fixas como “Cartas na Mesa”, onde as cartas dos leitores eram publicadas e respondidas, “Esquina” onde eram reunidas notícias, “Reportagem”, onde sempre a matéria de capa estava localizada, e a partir do número cinco a coluna “Bixórdia”. Além das editorias fixas sempre havia espaço para informações culturais, como indicações de livros, exposições, shows e filmes; e também para entrevistas. A produção do conteúdo era feita pelos conselheiros editoriais e também por convidados que variavam a cada edição (FERREIRA, 2010: p. 4).

6 Todas as edições estão disponíveis, gratuitamente, on-line, no site http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=53. Acesso em 20/03/2013.

Outros motivos justificam a escolha das matérias em questão. Baseado em conceitos básicos da apuração jornalística e, portanto, considerando que o *Lampião da Esquina* é um veículo de comunicação, é comum esperar que, nestes casos, as matérias contem com um processo diferenciado de estruturação. Geralmente, o assunto, por ser mais extenso, exige a elaboração de uma pauta especial, mais tempo para apuração, além de maior dedicação dos jornalistas, aqueles que assinam e editam as matérias.

Dado o devido destaque, a intenção foi verificar se, tanto nas manchetes das capas quanto nas seções em que as matérias se encontram, tais pontos foram atendidos editorialmente ou se, por outro lado, essas questões não foram consideradas pelo conselho editorial do jornal.

7.1 A edição de 1978

Durante muitos anos, a Medicina e a Psicologia consideraram a homossexualidade como uma doença. Ao distúrbio, deu-se o nome de homossexualismo, em que o sufixo “ismo” designava a ideia de patologia, sendo, portanto, tratado como tal. Em 1975, três anos antes da primeira publicação do *Lampião da Esquina*, o termo foi inserido na Classificação Internacional das Doenças (CID) como sendo um transtorno sexual. Até a década de 1990, foi comum o uso do termo “homossexualismo” para designar pessoas homoafetivas. Desde a data, porém, ano em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças, a aplicação da palavra vem sendo abolida. O termo, em contrapartida, passou a receber a sufixo “dade”, que designa, *a priori*, modo de ser. Por este motivo, até o fim de sua impressão, o *Lampião da Esquina* se utilizou do termo “homossexualismo”.

Embora o conceito estivesse sendo empregado de maneira incorreta à luz do se considera nos dias de hoje, é necessário entender o contexto em que ele estava sendo utilizado. De qualquer maneira, isso demonstra a forma como os homossexuais, inclusive as travestis, eram vistas pela sociedade (e, em parte, pelos próprios editores do jornal): com algum transtorno, se não como doentes.

Tendo em vista a formação daqueles que mantinham a publicação viva nas bancas de jornais, intelectuais do eixo Rio-São Paulo, presume-se que o termo em questão deveria ter sido (re)pensado. Ainda que fosse aceita, a palavra (homossexualismo) parece ter dado lugar à subsequente (homossexualidade) apenas em casos em que a repetição do conceito se tornaria exaustiva e, gramaticalmente, inaceitável. Isso se vê, principalmente, nas últimas edições do

jornal, que mesclavam as duas formas de se referir aos homossexuais, sendo que a primeira ainda dominava os espaços das páginas internas da publicação.

Na edição de número 4, a chamada de capa foi: TRAVESTIS!, em letras garrafais, (Quem atira a primeira pedra?). A matéria foi inserida na seção “Reportagem”. Ao tema, foram dedicadas duas páginas, com a publicação de dez fotos, divididas em duas matérias e uma resposta a um leitor.

Além do uso do termo (sic) homossexualismo, o jornal retratava as travestis como figuras, exclusivamente, masculinas. Isso se vê, claramente, com a escolha que o jornal fazia ao utilizar artigos masculinos para se referir às travestis. Exemplos: “*O travesti tem até fortes trancetes históricos: Nero, que se intitulava, como todo mundo sabe, 'homem de todas as mulheres e mulher de todos os homens', da Roma Antiga, foi um dos pioneiros*”; “*Pode-se dizer e pensar o que quiser sobre o travesti, mas uma coisa é certa: além de ativa, a nossa rapaziada é criativíssima*”; e “*O travesti, então, leva essa atitude ao paradoxismo, chegando a submeter-se a operações cirúrgicas para ocultar a identidade*”.

Como se vê pelos exemplos, em nenhum momento, o jornalista responsável pela matéria deixa a escolha de gênero masculino/feminino a critério do público. Embora não seja possível assumir que esta se tratava de uma preferência (social, cultural e/ou gramatical) do autor do texto, o que permeia suas escolhas deixa transparecer um pré-conceito com a figura da travesti. O uso do artigo masculino definido para descrever as travestis demonstra e reforça um estereótipo de que elas eram homens que apenas se vestiam de mulher, sem levar em consideração o desejo associado à sua identidade sexual. O discurso, tal qual como apresentado, leva a crer, portanto, na superficialidade de tratamento das travestis.

Os assuntos das matérias são rasos, na medida em que não se aprofundavam em temas mais relevantes. Levando-se em conta que os textos estavam enquadrados na categoria de “Reportagem”, a abordagem do jornalista parece fugir à proposta. Enquanto a reportagem divulga, por meio de investigação, fatos de interesse público, situando-se na “causa” e “efeito”, “interpretação” e “impacto”, o que o autor do texto apresenta nesse texto remete mais a uma crônica. Esta, por sua vez, embora também possa ser publicada em um jornal, não tem por finalidade informar o leitor, mas refletir sobre o acontecido, trazendo uma visão mais subjetiva do jornalista/cronista. Tais traços de informalidade se fazem mais presentes nos exemplos a seguir: “*Na Londres do final do século (aaaai!, hoje estou fina e culta) Oscar Wilde aprontava muitas e boas*”; e “*Por que tantos mimos? Cala-te boca! De minha parte, só sei que o Astolfo (identidade civil de Rogéria) é um raparigão, digamos, superdotado*”.

Além do estilo observado logo na primeira página, com aspectos que se aproximam de uma crônica, é interessante observar a escolha do vocabulário do autor: interrupções, especialmente com gírias (*aaaai!; epa!; rapaziada*); e uma “assinatura” da reportagem/crônica (*Com beijos, plumas e paetês*).

Os exemplos demonstram uma carga subjetiva do autor bastante grande, quando em comparação com outros textos. Tal matéria tinha como proposta fazer um ensaio visual das travestis brasileiras. As imagens são de travestis em apresentações musicais, possíveis desfiles de carnaval e teatro. Os brilhos, plumas e paetês são recorrentes e, para aqueles fora deste cenário particular, são suficientes para representar a vida e o cotidiano das travestis brasileiras no final da década de 1970.

Sabendo-se da força do discurso na construção da identidade e/ou representação visual, percebe-se que a publicação deixa subentendido que “a vida das travestis” não passava de festas e *glamour*. Isso denota dois problemas: a falsa impressão de um mundo mágico e fantasioso em que as travestis são representadas; e a falta de posicionamento crítico com relação ao assunto – pelo menos, no ano de 1978.

Durante a leitura, o espaço em que o autor se pronuncia também se torna evidente: parte de um papel de mero observador, não deixando claro seu ponto de vista e sua articulação social. Mesmo sabendo que a assinatura do artigo coube a alguém com um pseudônimo (*Rafaela Mambaba*) no lugar da identidade de um jornalista, a falta de um caráter mais político e social deixa transparecer um olhar utópico e “colorido” demais, perdendo um pouco a credibilidade e a força do discurso.

Na página seguinte, o texto inicia com o título “*Mimosas, sim; mas é bom não confundir*”. Trata-se de uma entrevista com Jorge Alves de Souza, autor e ator de um espetáculo teatral de revista. Em frente à câmera fotográfica, ele se transforma em Geórgia Bengston. A mudança da abordagem com relação ao texto anterior é perceptível. Durante a entrevista, Geórgia fala sobre o consumismo desenfreado em torno das travestis, as baixas remunerações enquanto atriz, os problemas enfrentados pelas travestis com a polícia e operação para troca de sexo. A seguir, trechos da entrevista:

“Há alguns anos, a revista era mais esplendorosa, mas não havia conteúdo. Era mais aquela transa de plumas e paetês. Agora, está mais modernizada e a gente sente a preocupação em retratar a realidade”.

“Salário de travesti é igual ao de gráfico de firma em decadência: está sempre descendo. Se eu vivesse só de shows, estava roubado”.

“Já tive problemas [com a polícia], mas nunca mostrei minha carteira de ator, porque eles rasgam na cara da gente. Essa carteira só tem valor para se conseguir trabalho, mas pra polícia não vale nada”.

“Fazer operação para se transformar definitivamente em Geórgia? Nunca pensei nisso, porque não acho uma boa. A não ser um caso transexual. É um absurdo capar um homem, porque mesmo depois da operação, ele nunca será uma mulher”.

De uma maneira um pouco mais politizada, a repórter da matéria, Regina Rito, consegue abordar alguns assuntos mais polêmicos com relação ao dia a dia das travestis, mas ainda passa longe de abordar questões sociais e culturais da sociedade vigente. Assuntos como abuso de poder, agressões físicas, perseguição, discriminação e prostituição, comumente relacionados às demais minorias representadas pelo *Lampião da Esquina*, não são abordados nas matérias analisadas. As fotos das páginas, novamente, dão a falsa percepção de que o mundo das travestis é colorido, glamuroso e indolor.

Ainda na edição de número 4, no final da página 9, há um pequeno texto, assinado por João Antônio Mascarenhas, em que ele responde a uma provocação de um amigo, leitor do jornal. Em sua resposta, o intelectual ressalta que não despreza *“bichas pintosas e travestis”* no jornal. Seus argumentos, no entanto, levam a crer em um rancor ainda machista e baseado na heteronormatividade vigente da época:

Quando o homossexual fala com voz de falsete, faz ademanos alambicados, dá gritinhos e requebra os quadris, ele, sem se dar conta, está, de um lado, imitando a mulher objeto-sexual, a mulher cidadã-de-segunda-classe, a mulher idealizada pelos machistas e, por outro lado – por deixar de aceitar sua orientação sexual com naturalidade (pois a efeminação é evidentemente natural) acha-se a fornecer argumentos aos machistas, que se negam a admiti-lo como homem comum, que usa sua sexualidade de forma não convencional (*O Lampião da Esquina*, edição número 4: p. 9).

7.2 A edição de 1981

Partindo para a análise da edição 32, publicada no ano de 1981, percebe-se características semelhantes à publicação de três anos antes. O tema das travestis recebe a chamada principal da capa, mas, desta vez, cinco páginas internas dedicadas às personagens,

além de uma entrevista de três páginas com Rogéria, atriz e travesti brasileira, figura bastante conhecida não só no meio homossexual, mas em todo o País pelo trabalho realizado no meio artístico. *“Brasil, campeão mundial de travestis”* é o título que estampa tanto a primeira página quanto a matéria interna, também na editoria “Reportagem”.

Abrindo a coluna, o autor Francisco Bittencourt se aproxima do estilo da crônica para expor uma opinião sobre o tema. Novamente, as subjetividades se fazem presente no texto, que é construído em primeira pessoa do singular. Começa o autor: *“Acredito que todo homossexual, num momento ou outro de sua vida, sente a tentação de se travestir”*; e *“Não falo de hétero que se traveste; mas o que leva o homossexual a vestir-se de mulher?”*.

No texto, o colaborador se refere às travestis como “bichas biônicas” ou “experimentais”: *“Assim, a opção do travesti é uma opção de sacrifício e quase sempre de muita atribulação. Isso sem falar na dor e no sofrimento dos que tomam hormônios, implantam seios, fazem eletrólise, cortam o pomo de Adão, aumentam ou rebaixam a testa, injetam silicone nas maçãs do rosto, nos lábios e nos quadris. São as verdadeiras oitavas maravilhas do mundo, ainda em primeira geração, as bichas biônicas ou experimentais, de quem não se sabe o que advirá. A esses sofredores, tão fortes que são capazes de triunfar das torturas, eu rendo minha homenagem”*.

Embora, ao final de seu texto, o autor “se renda” a homenagear as travestis, percebe-se que ele cria uma distância na relação delas com a sociedade. Sob o olhar da definição de bichas biônicas, que têm processos alterados, experimentais, cria-se um estereótipo preconceituoso sobre as travestis: elas não são o que parecem ser; elas são falsas; biologicamente construídas.

Ainda que algumas travestis recorram a cirurgias para se sentirem mais femininas, além de colocar silicones, tratá-las com tamanha disparidade tende a fazer com que os leitores a enxerguem desta mesma maneira: distantes e fora do círculo social.

Na segunda matéria, assinada por Aguinaldo Silva, os traços jornalísticos começam a se mostrar mais evidentes. Durante algumas noites, o jornalista vai às ruas para mostrar um pouco da realidade das travestis do Rio de Janeiro. Entrevista pelo menos dez e relata casos reais de sua aproximação com as fontes. Embora mescle o uso do artigo feminino com o masculino para se referir às personagens, Aguinaldo Silva deixa transparecer sua opinião ao empregar o uso das aspas para se referir a uma travesti como mulher. *“Faz uma careta, e durante um brevíssimo instante eu vejo, no seu rosto bem maquilado, os sinais de uma agressiva masculinidade – é isso que crispa seus lábios, que franze sua testa. Mas logo ela*

recupera o equilíbrio, retoma sua postura de 'mulher'” (Lampião da Esquina, edição número 32, página 4).

Mesmo entrevistando as travestis, o autor do texto passa a impressão de assumir apenas a figura de um observador. Por outro lado, se aproxima mais dos problemas que rondavam as questões ligadas a esse mundo, como brigas com policiais (*De repente, os três soldados da Polícia Militar correm ziguezagueando por entre a multidão. Dois deles entram num bar e pedem documentos ao primeiro incauto. O terceiro pára diante de um travesti e o segura pelo pulso. Tenso silêncio na praça*); e violência (*Os dois travestis estão bem quietinhos, como se apenas passassem a chuva. O paraíba se aproxima cambaleando, vindo de algum botequim do centro da cidade. Ao passar por eles, o primeiro estende a perna e lhe dá uma rasteira. A segunda bicha lança-se sobre eles, começa a esmurrar o homem. A primeira, rapidamente, faz a limpeza. A segunda continua a surrar o paraíba*).

Os demais depoimentos se estendem por toda a página, dividindo espaço com apenas uma foto. O autor mostra-se pouco engajado com a causa, não deixando muito bem claro ao leitor seu ponto de vista sobre as travestis e o modo como elas eram vistas pela sociedade. Trata apenas de descrever as relações presenciadas nas noites cariocas.

Na mesma página, em uma espécie de artigo/editorial, Luiz Carlos Lacerda assemelha as travestis a “vítimas da falta de espaço”. Fazendo referência aos papéis de homem e mulher, ele defende que *“o travesti parece ser exatamente a pessoa que levou às últimas consequências essa falta de espaço determinada pelo Sistema. O homossexualismo, para ele, não existe. Existe o homem e a mulher. O travesti acredita ser mulher. E há casos em que essa crença chega às raias da castração física, numa aceitação definitiva de abrir mão de sua sexualidade empírica (o pênis).”*

Embora pareça defender a revolução sexual pela qual passa o Brasil da década de 1980, Luiz Lacerda afirma que “bicha louca” e “sapatão” não devem ser confundidos com homossexuais assumidos. *“Cada um deles passa a assumir na vida cotidiana e, portanto, inclusive, sexual, os papéis de macho e fêmea – ao contrário de deixar fluir dentro da personalidade, harmonicamente, essas duas forças existentes em todo e qualquer ser humano na sua totalidade como pessoa”*. Ao dizer que o “correto” deveria ser deixar fluir essa personalidade ambígua, isso influencia na construção do imaginário das travestis – que, por outro lado, assumem (na maioria dos casos) apenas uma dessas forças; ao sentir-se e vestir-se como mulher, elas são, portanto, mulheres.

Na página 9, o que faltou na primeira edição analisada, sobra neste caso. Trata-se de uma matéria sobre a prostituição das travestis e os riscos que elas correm nas ruas. O texto,

embasado em fatos e depoimentos, passa por questões como a violência (o autor lembra o caso de “Jack, o atirador, assassino que matava as travestis da zona sul de São Paulo), e da violência sofrida pelos policiais; a conseqüente falta de clientes também é assunto da reportagem. Os autores, Paulo Augusto e Francisco Fukushima, conseguem tratar a notícia de maneira esclarecedora e, ao mesmo tempo, sem fazer juízo de valores, posicionando-se a favor das travestis, mesmo que indiretamente.

Da mesma maneira, um texto nesta mesma página (*...E a França aprende a tomar banho*) fala sobre os problemas da grande quantidade de travestis brasileiras em Paris, como se houvesse um processo de exportação para aquele país. Isso se vê no exemplo: *“Assim, foi o vício francês da prostituição que transformou Paris, nos últimos anos, numa autêntica sucursal da Cinelândia carioca. De repente, você dobrava uma esquina de Pigalle e se defrontava com dezenas de pessoas falando português – quer dizer, o tipo de português que se fala numa reunião de bicha de batalha”*.

As páginas seguintes apresentam matérias sobre o modo de vida das travestis, além de entrevistas. Os assuntos são variados, mas passam, quase que em sua maioria, por questões relacionadas ao trabalho delas fora do País, pela remuneração, pelos perigos da rua, problemas enfrentados com a polícia, roubos, maus tratos etc. *“Os detetives me agrediram na rua, me machucaram na delegacia, me roubaram o dinheiro que eu tinha na bolsa. Na delegacia, eles escrotizam com a gente, batem, xingam, fazem dormir no chão puro... Minha comida parecia uma lavagem de porcos e ainda fui obrigada a comer com a mão. Me obrigaram a dar para todo mundo, homens que nem tomavam banho”*.

Embora a escolha da pauta demonstre a preocupação do jornal em falar dos temas da vida dessas pessoas, algumas passagens dos textos transmitem a ideia do preconceito ainda instaurado na sociedade. *“Com apenas 21 anos, Sibila se parece mais com uma professora primária do que com um travesti”*; *“não imagino o que ainda possa faltar, já que ela não pretende fazer a operação de sexo, a famosa e discutível passagem para o transexualismo”*.

Uma entrevista com a Rogéria encerra o espaço destinado às personagens na edição analisada. O tema ganha três páginas de destaque, com a abordagem de vários assuntos: fama, transexualidade, sexo com homens, com mulheres, programa de televisão, pressão do governo, amor, fantasias etc. Trata-se de uma entrevista, estilo pingue-pongue, com perguntas e respostas, com apenas duas fotos. Embora Aguinaldo Silva assine a matéria, outros integrantes estiveram presentes neste momento histórico para o universo homossexual: Alceste Pinheiro, Antônio Carlos Moreira, Dolores Rodrigues, Andréa Barreto e Cyntia Martins, esta última, responsável pelas fotografias.

Embora pareça irônico o fato de o jornal (feito por e para os gays) ter esperado tanto tempo para fazer a primeira entrevista com essa figura tão conhecida (afinal, são 32 edições), Aguinaldo Silva explica que outros motivos foram mais urgentes durante os anos que seguiram desde o início da publicação: “*O Lampião tinha que ser deflagrador, também, quanto ao tema maconha*” (!).

8. Considerações finais

O período da ditadura militar no Brasil, estabelecido entre 1964 e 1985, foi cruel, histórico, social e culturalmente importante. A censura, repressão, o autoritarismo e a violação dos direitos políticos de todos os cidadãos brasileiros foram marcantes.

Em meio à abertura política e da oposição à ditadura militar, surge, em 1978, o movimento de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Como parte importante da trajetória do jornalismo e da própria cultura homossexual no País, o jornal *Lampião da Esquina*, publicado entre os anos de 1978 e 1981, configura-se como uma ruptura nos processos feitos até então nos veículos de comunicação. A publicação passou a adotar uma postura mais crítica com relação a assuntos polêmicos, como homossexualidade, racismo, machismo e violência, o que não acontecia na grande mídia, ainda por conta da censura militar.

Por meio da análise das edições do periódico, foi possível perceber que o tema, ainda nas primeiras edições, era superficial, dando uma falsa impressão de um mundo perfeito e colorido das travestis. Por outro lado, é notória uma evolução na elaboração de matérias sobre o tema. Em três anos, tempo que separa as edições analisadas, o assunto ganhou mais páginas no jornal, maior destaque e um tratamento mais próximo da realidade das travestis no Brasil, revelando problemas sociais, econômicos e culturais das entrevistadas.

Da mesma maneira, com as definições do conceito de identidade defendidas por Stuart Hall (1998) e Douglas Kellner (2001), é interessante observar como o jornal *Lampião da Esquina* colaborou com a representatividade das travestis na sociedade. De acordo com o Kellner, “era função de papéis sociais predeterminados e de um sistema tradicional de mitos [...] de definir o lugar de cada um no mundo ao mesmo tempo e de circunscrever rigorosamente os campos de pensamento e comportamento” (KELLNER, 2001: p. 295).

Assim, a partir do momento em que elas eram vistas, ouvidas e levadas em consideração em um veículo de comunicação, ou seja, reconhecidas e tratadas como sujeitos, suas identidades ganhavam, cada vez mais, visibilidade. Elas tornaram-se múltiplas. Isso, de alguma forma, fez com que elas se sentissem mais livres para ocupar e defender diferentes papéis sociais. Reconhecer nas travestis uma personalidade tão válida quanto qualquer outra

ajudou, portanto, na inserção na sociedade e, ademais, no debate sobre assuntos relacionados a, e não somente, transexualidade.

Fora de circulação desde 1981, o *Lampião da Esquina* renasceu. A publicação foi restaurada e digitalizada pela ONG Grupo Dignidade, do Paraná, em 2010. Ao ser disponibilizado na internet, a visibilidade do jornal ganhou novas fronteiras, conquistou novos públicos e, mesmo depois de 30 anos, ajuda a entender a história dos homossexuais no Brasil.

O trabalho, baseado na própria história dos homossexuais, justifica-se na medida em que o número de publicações com o mesmo viés do antigo *Lampião da Esquina* deixou de crescer. A pouca abordagem que se vê, atualmente, faz parte de matérias levianas sobre o assunto, não discutindo a questão da relação entre as travestis e a sociedade.

Aproveitando o atual momento de discussões sobre direitos humanos e minoritários no Brasil, tema que ganhou destaque na mídia nacional e internacional após a eleição do pastor Marco Feliciano (deputado federal pelo partido PSC) para o cargo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, esta percepção da superficialidade com que o tema ainda é tratado no Brasil servirá de apoio para pesquisas futuras na área da Comunicação e Cultura. A intenção é a continuidade e a ampliação das pesquisas sobre o presente objeto de estudo com vistas à composição de uma possível dissertação de mestrado.

O debate sobre o tema revela-se, portanto, de extrema importância não apenas para a área de comunicação, mas, sobretudo, para o levantamento de informações e o próprio resgate e consolidação da cultura LGBT em âmbito nacional.

9. Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência, o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTAÑEDA, Marina. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas* / Marina Castañeda. – São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- FERREIRA, Carlos. *Imprensa Homossexual: surge o Lâmpião da Esquina*. *Revista Alterjor, América do Norte*, 1, set. 2012, disponível no site <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/view/aj1-a6>, acessado em 23/04/2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, núm. 2, segundo semestre, 2001, pp. 541-553.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 85.
- TREVISAN, João Silvério. *Especial: João Silvério Trevisan conta a história das revistas gays no Brasil*. *Revista Imprensa*, São Paulo, disponível no site <http://www.cdcc.usp.br/cda/sessao-astronomia/sessao-astronomia-padrao/referencia-bibliografica-ufrgs.htm>, acessado em 29/10/2012.